

O MALABARISMO NAS RUAS COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA AOS JOVENS EXCLUÍDOS DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

Juliano Batista dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo é resultado de um estudo etnográfico sobre uma prática de trabalho informal, ligado às artes circenses, que nos últimos anos vem ganhando não só visibilidade nas médias e grandes cidades brasileiras como igualmente mais adeptos, a saber: a prática de malabarismo nas praças públicas e nos semáforos de ruas e avenidas com intenso tráfego de veículos. Compreender as razões desse aumento, principalmente entre os jovens, e os locais com maior presença de artistas de malabar na cidade de Cuiabá, foram os principais objetivos da pesquisa, mas não os únicos. O artigo também traz importantes descobertas tais como a renda média mensal obtida nos semáforos, o tempo médio de trabalho por dia, onde (ou com quem) esses jovens aprenderam as artes de malabar, porque optaram pelo malabarismo e não por outro tipo de arte e, o mais intrigante, porque se recusam a abandonar a informalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Semáforos, Malabaristas, Informalidade.

ABSTRACT: This paper is the result of an ethnographic study about the practice of informal work on the circus arts, which in recent years has gained not only visibility in medium and large cities, but also, more practitioners of the practice of juggling in public squares and at the traffic lights of streets and avenues with a intense vehicles traffic. In order to understand the reasons for the increase of this practice, especially among young people, and the places with greater presence of juggling artists in the city of Cuiabá, were the main aims of this research, but not the only ones. The study also revealed important findings. The average of monthly income received by the participants in the traffic lights, the average of working time, per day, where (or which whom) these young people have learned the arts of juggling, the reasons why they opted for practicing juggling and not for other kind of art and the most intriguing aspect; why they refuse to abandon the informality.

KEYWORDS: Traffic Lights, Jugglers, Informality.

1 Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) pela Universidade Federal de Mato Grosso e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - *Campus* Cuiabá. Email: juliano.santos@cba.ifmt.edu.br

INTRODUÇÃO

As discussões sobre o trabalho informal não são recentes. Marx, em sua obra *O Capital*, volume 1, mais precisamente na quarta seção do capítulo 23, denominado *Diversas formas de existência da população relativamente excedente*, busca mostrar que o mesmo, independentemente das terminologias utilizadas como sinônimos – subemprego, desemprego disfarçado ou estratégia de sobrevivência – representa o excedente de mão de obra disponível às empresas.

Ele definiu o excedente de trabalhadores disponíveis ao mercado formal de trabalho em três categorias: líquida, latente e estagnada. A primeira são trabalhadores demitidos por uma empresa e rapidamente admitidos por outras; em geral, possuem qualificações e experiências que favorecem as rápidas contratações. A segunda é composta por ex-moradores do campo que se mudaram para as cidades em busca de trabalho e cuja falta de qualificação os coloca em serviços de baixíssima remuneração. A terceira, que aqui é a parte que nos interessa, refere-se aos indivíduos que fazem da ocupação totalmente irregular do trabalho um meio de superar a falta de emprego, como é o caso, atualmente, dos malabaristas de rua na cidade de Cuiabá no estado de Mato Grosso no Brasil, que segundo os critérios da UNESCO², são considerados, independentemente das categorias sociológicas sobre juventude, como jovens ou pertencentes a cultura juvenil (COSTANZI, 2009).

A informalidade, segundo Marx (1983, p. 677, grifo do autor), está na

[...] terceira categoria da população relativamente excedente, a *estagnada*, [que] forma parte do exército *ativo* do trabalho [...]. Ela oferece assim ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Seu padrão de vida cai abaixo do nível normal da classe trabalhadora e é exatamente isso que a torna uma ampla base para ramos de exploração específicos do capital [que se vale da necessidade de o trabalhador desempregado se sustentar para explorar ao máximo seu tempo de trabalho com o mínimo de salário.

Nos países industrializados, ainda no final do século XIX e início do XX, os operários, contra os abusos das empresas (longas jornadas de trabalho, baixos salários e ausência de direitos como férias, décimo terceiro salário, descanso remunerado,

2 A UNESCO define “jovem” como sendo o grupo de pessoas com idade entre 15 e 24 anos, definição esta elaborada na Assembleia Geral da ONU em 1985 – Ano Internacional da Juventude. Em alguns contextos, dada a dificuldade de acesso dos jovens ao mercado de trabalho e, consequentemente, a constituição de uma situação de independência familiar, este limite pode ser ampliado para 29 anos” (AMARAL, 2011, p. 19, grifo do autor) ou reduzido ao limite etário de 10 anos.

entre outros), se organizaram em sindicatos para somar forças e exigir do Estado e dos proprietários dos meios de produção leis que assegurassem direitos aos trabalhadores (IDALINO, 2012).

Pressionado pela expansão dos ideais socialistas e comunistas, o setor hegemônico do capital liberal (hoje neoliberal) se viu obrigado, principalmente após a revolução russa em 1917, a conceder a maioria dos direitos trabalhistas exigidos pelos operários, fato que não se restringiu apenas aos países desenvolvidos, vindo a alcançar, mesmo que tardiamente, nações emergentes sob a influência do capital estrangeiro, como é o caso de alguns países da América Latina.

No Brasil, a criação dos direitos trabalhistas nasce apenas na década de 40, quando o então presidente Getúlio Vargas, através de Decreto-Lei nº 5.452/1943, promulgou o Código de Leis de Trabalho (CLT), que unifica, com o intuito de regulamentar, as relações individuais e coletivas do trabalho urbano e rural, toda legislação trabalhista existente no Brasil. Entre os seus principais benefícios destaca-se a exigência de carteira de trabalho assinada no ato da contratação, definição das jornadas de trabalho e aposentadoria por tempo de serviço, idade ou invalidez (SINGER, 2000).

Apesar de Marx (1983) propor a primeira definição de trabalho informal pós-revolução industrial, é a partir da concessão dos direitos trabalhistas – processo que Gramsci (apud COUTINHO, 2012) definiu como um tipo de revolução passiva – que as discussões sobre informalidade, as causas que favorecem o seu surgimento/crescimento e o papel que ela exerce na economia ganharam força, especialmente após a década de 70 do século passado, período em que o termo ‘setor informal’ (também descrito como não estruturado, não protegido, marginal, submerso, desorganizado, entre outras terminologias) começa a aparecer nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por causa dos vários estudos feitos no âmbito do Programa Mundial de Emprego (PME).

Jakobsen (2000, p. 13-14, grifo do autor), em seu artigo *A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil*, apresenta as três principais definições contemporâneas sobre o setor econômico informal:

Segundo o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho. Estas atividades se utilizam de pouco capital, técnicas rudimentares e mão de obra pouco qualificada, que proporcionam emprego instável de reduzida produtividade e baixa renda. O setor também se caracteriza pela falta de acesso aos financiamentos e créditos normalmente disponíveis ao setor formal e pela baixa capacidade de acumulação de capital e riqueza. [...] A análise do PREALC/OIT colide com a visão dos economistas liberais, que afirmam que a economia informal não é um setor definido com precisão, pois inclui todas as atividades econômicas extraleais, inclusive a produção e o comércio orientados pelo mercado ou para a subsistência direta. [...]

Uma terceira perspectiva, também chamada ‘estruturalista’, define

o setor informal como o conjunto de atividades geradoras de renda desregulamentadas pelo Estado em ambientes sociais em que atividades similares são regulamentadas.

Não apenas as definições de informalidade são divergentes; as suas causas também são. Para a PREALC/OIT, a origem do trabalho informal na América Latina ocorre por causa do forte êxodo rural, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Para os capitalistas, a origem do trabalho informal está na excessiva regulamentação da economia pelo Estado. Para os estruturalistas, a informalidade advém das

[...] formas alternativas de trabalho utilizadas pelas grandes empresas formais, como o trabalho em tempo parcial ou casual, os contratos de prestação de serviços e a subcontratação para pequenas e desregulamentadas empresas terceiras de produção de bens e serviços (JAKOBSEN, 2000, p. 14).

Nas médias e grandes cidades é comum encontrar diferentes atividades econômicas informais. Contudo, nos últimos trinta anos, principalmente após a década de 90, novas atividades financeiras informais começam a surgir nas áreas públicas urbanas; é o momento em que as artes (teatro, dança, música, performance, pintura, artesanato e outras manifestações artísticas), deixam os palcos das casas de show, que se mostraram insatisfatórias ao sustento de tantos artistas, para se aventurarem em locais inapropriados aos espetáculos: praças, calçadas, calçadões, semáforos, em frente de bares e restaurantes.

Essas novas maneiras de superar as dificuldades econômicas, não apenas subverteram o modo de produção do capital, como mostraram ser possíveis alternativas de sobrevivência tangenciais ao capitalismo, ao menos nos casos dos trabalhadores informais que obtiveram sucesso em seus empreendimentos.

Entre as artes mencionadas gostaria de destacar a entrada, na atualidade, das artes circenses (mais precisamente o malabarismo) como alternativa econômica artística mais comum aos jovens excluídos do mercado formal de trabalho. Seu aparecimento nos semáforos das cidades é recente; recente ao menos quando comparado com as demais artes. Outro fato que merece destaque é o número de praticantes do malabarismo das/nas ruas; ele é muito maior que nas demais artes.

Intrigados com estas e outras questões, eu me propus através da etnografia – que é por excelência o método de estudo da Antropologia Social – conhecer melhor a realidade desses sujeitos que arriscam a vida nos poucos segundos oferecidos por um sinal vermelho para a apresentação de um breve espetáculo em troca de algum dinheiro.

A opção pelo método etnográfico na pesquisa empírica se justifica porque ele, ao contrário de métodos quantitativos, permite ao observador estudar *in loco* os processos da interação social de cada grupo em particular, bem como identificar seus conhecimentos, ideias, técnicas, habilidades, normas de comportamento e hábitos

desenvolvidos à adaptação da realidade; não de qualquer realidade, mas da realidade econômica informal que se encaixa na perspectiva do PREALC/OIT e do liberalismo.

Do Rendimento Médio do Trabalho Formal no Brasil Entre os Anos de 2012 a 2015

Uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. Frequentemente, essa inserção é marcada pela precariedade, o que torna difícil a construção de trajetórias de trabalho decente. Elevadas taxas de desemprego e de informalidade, e baixos níveis de rendimentos e de proteção social evidenciam essa dificuldade. Em termos relativos, os jovens apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores, e níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora (COSTANZI, 2009, p. 19).

Para o PREALC/OIT a informalidade, através da criação subversiva de novas maneiras informais de fazer dinheiro, tem como papel propiciar meios alternativos de subsistência a indivíduos desempregados devido à falta de oportunidades no mercado formal de trabalho. Para os economistas liberais, a informalidade representa o esforço de alguns sujeitos para sobreviver ou mesmo prosperar financeiramente fora das regulamentações do Estado que, em muitos casos, devido a uma série de exigências, inviabiliza os lucros decorrentes da produção de bens e serviços.

Num e noutro caso a informalidade aparece como opção de sobrevivência, principalmente aos mais jovens que são muitas vezes vistos como irresponsáveis ou desqualificados para o exercício de algumas profissões que exigem não somente formação técnica ou acadêmica, mas, sobretudo, experiência.

O modo como o PREALC/OIT enxerga as causas da informalidade – diferentemente do liberalismo que atribui a sua existência ao rígido controle estatal – aparece como uma crítica ao sistema capitalista que, a todo instante, busca otimizar os custos de sua produção com investimentos em tecnologias e redução de postos de trabalho, o que provoca, no próprio modo de produção do capital, um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que o capitalismo produz, ele precisa de mercados consumidores para se retroalimentar.

Independentemente das divergências sobre conceitos, causas e papéis do setor informal, o fato é que o exercício destas atividades coloca os sujeitos que dela dependem em condições de incertezas econômicas e expostos a espoliações e subornos de agentes fiscalizadores, o que, somado à insalubridade e periculosidade de algumas destas atividades, como a de catador de materiais recicláveis, por exemplo, faz brotar, em boa parte dos que se encontram na informalidade, o desejo por empregos regulares (SINGER, 2000).

O desejo ou não de reocupar cargos em empresas/indústrias (no sentido de voltar a ser empregado e se submeter ao que Weber define como dominação legal) está

condicionado aos ganhos financeiros que cada atividade informal proporciona. Nasqueles cujos ganhos são insuficientes, o retorno ao mercado de trabalho é visto como uma solução, enquanto que para vários outros trabalhadores informais, cujos lucros ultrapassam o efêmero salário mínimo brasileiro que, até dezembro de 2015 era de R\$ 788,00 reais mensais, acrescido ou não de benefícios, não é atraente.

Segundo o IBGE (REND..., 2015) o salário médio do trabalhador brasileiro com carteira assinada em 2014 foi de, aproximadamente, R\$ 2.104,16 reais, valor que, apesar de se aproximar da remuneração ideal calculada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014), que é de R\$ 2.967,07 reais, ainda apresenta um déficit de 29,08%; diferença, no entanto, bem menor se comparado ao déficit de 75,60% em relação ao salário mínimo de 2014, época em que foi publicada a pesquisa.

Segundo o DIEESE (2015) os salários mínimos no Brasil nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 eram, respectivamente, R\$ 622,00, R\$ 678,00, R\$ 724,00 e R\$ 788,00 reais mensais. Aumentos que, quando comparados aos índices de inflação acumulados de cada ano segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, 2015), revelam um aumento real de 6,67%, que descontada a inflação acumulada até abril de 2015 mostra uma perda de compra de 1,5%, ou seja, hoje a condição econômica do brasileiro assalariado é mais difícil do que três anos atrás.

Se contrapusermos a partir de 2012 os ganhos médios obtidos pelos brasileiros em situação de formalidade com as suas reais necessidades econômicas, descobriremos que a informalidade nasce não apenas como recurso à falta de emprego, mas também como maneira de complementar as remunerações insuficientes ao custeio daquilo que é o mais básico no ser humano: a alimentação, que, segundo o IBGE (CERCA..., 2013), exige, no mínimo, um gasto mensal de R\$ 875,58 reais, realidade que coloca cerca de 40% dos brasileiros, que recebem apenas o mínimo estabelecido em lei, em situações sub-humanas.

Todavia, quando a análise sobre renda do trabalhador brasileiro parte do primeiro ano do governo do ex-presidente Lula (2003), verificamos um acréscimo significativo, pois segundo o IBGE (REND..., 2015, grifo nosso):

[...] a média anual da renda da população ocupada do país, *descontada a inflação*, *cresceu 33,1%*, entre 2003 e 2014, passando de R\$ 1.581,31 para R\$ 2.104,16, o que significa acréscimo de R\$ 522,85. A população ocupada inclui os trabalhadores com Carteira de Trabalho assinada e os informais. [...]

Em dezembro de 2014, o rendimento médio habitual (sem levar em conta as rendas extras) dos ocupados era R\$ 2.122,10. Houve queda de 1,8% em relação a novembro (R\$ 2.161,93) e alta de 1,6% em comparação a dezembro de 2013 (R\$ 2.089,57).

Em resumo: apesar da crescente perda no poder de consumo, o trabalhador brasileiro assalariado nos últimos doze anos, mesmo se considerada a alta da inflação

nos primeiros meses de 2015, acumula ganhos financeiros que, apesar de satisfatórios em porcentagens ainda são insuficientes para suprir as necessidades com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência de uma família, pois conforme o DIEESE (2015), em abril de 2015, o custo mensal de um grupo familiar com quatro pessoas era de R\$ 3.251,61, ou seja, R\$ 812,90 para cada membro.

Jovens Malabaristas de Rua e a Descoberta DE Uma Nova Maneira de Sobreviver na Informalidade

Da perspectiva da edificação do conhecimento – relativo às táticas empregadas no cotidiano, fruto da relação entre observador e observado, bem como de seu oposto, visto que o observado também observa o estranho que se aproxima –, não há, em um primeiro momento, como saber se a representação dos malabaristas de rua é cínica ou sincera, pois, como alerta Goffman (1999, p. 11):

Quando um indivíduo chega à presença de outros, estes, geralmente, procuram obter informações a seu respeito ou trazem à baila o que já possuem. Estarão interessados [...] no que pensa de si mesmo, na atitude a respeito deles, capacidade, confiança que merece, etc. [...] A informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obterem uma resposta desejada.

Assim como fizera em outros estudos de caso, três foram as etapas de investigação etnográfica com os jovens malabaristas de rua: observação à distância, aproximação/contato e convívio, respectivamente. Na primeira etapa, o objetivo era fazer com que os artistas do malabar se acostumassem com a minha presença; na segunda etapa, eu utilizei como mediadora à aproximação (primeiros contatos), a câmera fotográfica; e, por fim, a prática da terceira e mais importante fase da pesquisa: o convívio, que possibilitou a construção de relações de reciprocidade positivas e negativas.

Para executar cada uma das etapas supracitadas, eu fui obrigado a passar horas, dias, semanas, meses nos sinais vermelhos de Cuiabá na companhia dos malabaristas, experiência que me trouxe não apenas saberes sobre os diversos aspectos de seu cotidiano, como também conflitos e amizades que, para Weber (1993), são exemplos de relações sociais que expressam ações com sentido compartilhado, em mesmas ou diferentes intensidades.

Durante o convívio as relações de amizade prevaleceram. Não com malabaristas que chegavam à cidade e ficavam apenas alguns dias ou tempo suficiente para arrecadarem dinheiro e continuar suas viagens. Os laços de confiança ocorreram com artistas do malabar que, por algum tempo – meses ou mesmo anos –, resolveram se

fixar em Cuiabá, quase sempre motivados pelos lucros obtidos nos semáforos da cidade (FAÇANHA, 2007).

In loco, no momento em que alguns malabaristas começaram a me convidar para bares, tentar me ensinar alguma modalidade circense, apresentar esposa e filho, pedir para vigiar o local onde colocavam o dinheiro arrecadado, trocar telefones, pedir para filmar e fotografar suas *performances*, trocar opinião sobre maquiagens etc., compreendi que a confiança necessária à minha etnografia havia se consolidado, podendo, assim, dar crédito às informações emitidas por voz (GRACIANI, 1999).

Em etnografia, entrevistas estruturadas (ou não) são importantes para se descobrir aquilo que as ações dos indivíduos não revelam. Não obstante, Goffman (1999) recomenda priorizar nas pesquisas o que ele denomina de *expressões emitidas* que, por serem de tipo mais teatral, contextual e de natureza não verbal, dificilmente conseguem esconder todos os traços de cinismo, caso existam.

Partindo dessa ideia, preferi considerar na etnografia as ações dos sujeitos, sem ignorar as falas dos malabaristas com quem estabeleci vínculos afetivos (WEBER, 1993). Essa postura se justifica, porque a maioria dos artistas de malabar de rua é nômade. Durante as minhas buscas, muitas sem sucesso, lembrava-me do Mestre dos Magos, personagem de desenho animado, desenvolvido originalmente por Gary Gygax e Dave Arneson que ora surgia e, pouco tempo depois, simplesmente desaparecia sem deixar rastros, despertando a dúvida nos demais protagonistas da história: cadê ele? No meu caso, cadê os malabaristas?

Após identificar os cruzamentos (e praças) onde poderia haver malabaristas, encontrá-los ficou mais fácil, porém não menos trabalhoso, já que eu era obrigado a percorrer todos os possíveis pontos onde eles costumavam se apresentar. Ao final da investigação, percebi que o cruzamento da Avenida Historiador Rubens de Mendonça com a Avenida Mato Grosso (Cf. Mapa 1, ponto 5) foi o local que mais frequentei, o que não significa que tenha ignorado os outros onze pontos.

A escolha pelo malabar, segundo eles, está no fato de ser uma arte cujos movimentos básicos para a apresentação exigem do aprendiz menor tempo de dedicação ao seu domínio, bem como nenhuma estrutura de palco à sua execução. Eles também ressaltam que os instrumentos utilizados no espetáculo são economicamente acessíveis (mesmo aos mais pobres) e, se preciso for, podem ser confeccionados pelos próprios malabaristas.

Quando indagados sobre a possibilidade de formalizarem suas atividades (ou mesmo trabalharem com outra coisa, mas com carteira assinada), eles (todos eles) são categóricos: o malabarismo e sua informalidade não é apenas uma opção de vida, é um estilo de vida para aqueles que têm as artes de malabar como profissão; é um meio alternativo de associar talento, arte e necessidades materiais suficientes não apenas à satisfação econômica e realização profissional, como também um modo de resistência à exclusão do capital.

A recusa dos malabaristas de rua em ingressar na formalidade deixa de ser uma surpresa quando se compara o ganho médio mensal dos brasileiros com carteira assinada (cf. item 2) e os ganhos possíveis de serem obtidos nos semáforos. Isso porque um único malabarista pode faturar de R\$ 900,00 a R\$ 3000,00 por mês, que corresponde a uma média R\$ 1950,00. Se forem casais e trabalharem em semáforos distintos, eles podem faturar o dobro.

Dito de outro modo: na pior das hipóteses um único artista de malabar ainda continuará a ganhar mais do que o efêmero salário mínimo, sem o risco de perder o emprego em tempos de crise. Na melhor das hipóteses esse mesmo malabarista pode alcançar uma remuneração que o colocaria, quando comparado às remunerações obtidas no mercado formal de trabalho, acima da condição econômica da maioria dos brasileiros, mais precisamente de 66% deles (RENDA..., 2016).

CONCLUSÃO

Diante do exposto o que se percebe é que a crença de que as ocupações regulamentadas pelo Estado e protegidas por leis, edificada no início do século XX e ainda muito defendida pelos meios de comunicação em massa, deixou de refletir, salvo para aqueles trabalhadores cujos rendimentos informais são inferiores a um salário mínimo, o desejo de regulamentarem suas atividades junto aos órgãos públicos (JAKOBSEN, 2000).

No Brasil o crescimento vertiginoso de indivíduos em ocupações informais ocorre principalmente após a flexibilidade dos processos de trabalho, produção e consumo na década de 90 mediante intensas privatizações, demissões e reduções salariais que só fizeram aumentar (de 7% para 12%) o já elevado número de desempregados (GIAMBIAGI; MOREIRA, 1999).

Observando estas mudanças, Idalino (2012, p. 50) aponta que,

[...] nos países subdesenvolvidos, o fato de um Estado de Bem Estar Social e de um sistema de produção fordista não terem se constituído plenamente, a presença da informalidade, qualquer que seja o conceito, sempre foi real, mas que, a partir dos anos 90, com a aplicação dos programas de liberalização econômica e implementação do processo de reestruturação produtiva, observou-se uma ampliação da informalidade, decorrente da transferência de trabalhadores inseridos nas atividades formais para as atividades informais.

Diante do cenário de crise econômica e sem a perspectiva de uma melhora em curto prazo, os trabalhadores desempregados se viram obrigados a encontrar na informalidade um meio de sustento. Contudo até as atividades informais tradicionalmente conhecidas, como é o caso dos vendedores ambulantes, sacoleiros, panfletadores, flanelinhas, diaristas, lavadores de veículos, catadores de entulhos e moto taxistas irregulares – possuem um limite de mercado.

O impasse e exclusão tanto no mercado formal de trabalho como nas informalidades mais conhecidas, motivou, segundo Jakobsen (2000), os sujeitos que ainda se viam sem nenhuma maneira de ganhar dinheiro, a criarem novos tipos de informalidades, inventadas quase sempre pelos mais jovens e com forte ligação com as artes, mais especificamente o teatro, a dança, a música, a performance (ou estátua viva), a pintura (com grafite, tinta ou rena), o artesanato (dos *hippies* e de senhoras prendadas) e, anos mais tarde, o malabarismo.

De acordo com Certeau (1998, p. 42, grifo do autor), verificam-se aí as práticas que “[...] colocam em jogo uma *ratio* ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar”, isto é, de bricolar⁴ (*do it yourself*), no ordinário, ações, objetos e espaços. O primeiro por representações do eu nas fachadas sociais (PAIS, 2002), o segundo por seus “re-usos” subversivos aos bens racionalizados (CERTEAU, 1998) e o último por fazer dos não-lugares (AUGÉ, 2001) um lugar de trabalho (in)formal.

Que o trabalho informal reflete o lado negativo sobre o modo como o capitalismo está organizado, é inegável. Assim como também é inegável que a informalidade e as novas informalidades surgem como estratégia de sobrevivência frente ao desemprego estrutural e trazem, mesmo que somente para uma minoria, possibilidades de ganhos financeiros provavelmente impensáveis na formalidade, tornando-se, por conseguinte, uma alternativa ou mesmo uma opção de vida, como no caso, na atualidade, dos jovens malabaristas de rua que, curiosamente, encontraram neste

4 Segundo Lévi-Strauss (2008, p. 32) no livro *O Pensamento Selvagem*, uma obra em que o antropólogo demonstra o alto nível de sofisticação nas chamadas sociedades primitivas, o termo *bricoleur* é o ato de executar “[...] um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para dar execução ao seu trabalho, necessita da matéria-prima”.

setor da economia uma maneira de fazer dinheiro suficiente para arcar com as suas despesas mensais.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcio de Freitas. **Cultura Juvenis e experiência social. Modos de ser jovem na periferia**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Travessia do Século.)

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*. Brasília, DF, 09 ago. 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CERCA de 40% recebem até um salário mínimo. **DOL DiárioOnline**. Pará, 30 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-243212-cerca-de-40-porcento-receb-em-ate-um-salario-minimo.html>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_230674.pdf> Acesso em: 19 jan. 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. A Época Neoliberal: Revolução Passiva ou Contra-reforma? **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 29, n. 1, p. 117-126, jan.-jun., 2012.

DIEESE. **Cesta básica nacional**: salário mínimo nominal e necessário. 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 31 out. 2014.

DIEESE. **Cesta básica nacional**: salário mínimo nominal e necessário. 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

FAÇANHA, José M. Sousa. **Semáforos: parada obrigatória!** Um “lugar praticado” por personagens e histórias. 2007. 10 f. Artigo (III Jornada Internacional de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita. **A economia brasileira nos anos 90**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GRACIANI, Maria S. Santos. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência social vivida. São Paulo: Cortez, 1999.

IDALINO, Rosa Emília Araújo. **A reinvenção do trabalho no limiar da informalidade:** um estudo sobre a condição social dos “flanelinhas” na cidade de Campina Grande-Paraíba. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

IPCA - **Índice Nacional de Preços ao Consumidor** – Amplo. Disponível em: <<http://www.calculador.com.br/tabela/indice/ipca>>. Acesso em: 05 maio 2015.

JAKOBSEN, Kjeld. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: _____; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal:** perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 13-18.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2008.

MARX, K. **O capital**, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates:** jovens, trabalho e futuro. Porto: AMBAR, 2001.

_____. **Sociologia da vida quotidiana:** teorias, método e estudos de caso. Lisboa-Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

RENDÁ média do brasileiro em 2015 sobe a R\$ 1.113; alta não cobre inflação. **UOL Economia**. São Paulo, 26 fev. 2016. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/02/26/renda-domiciliar-por-pessoa-foi-de-r-1113-em-2015-alta-de-58-em-um-ano.htm>> Acesso em: 27 fev. 2016

RENDÁ média do trabalhador cresce 33,1% em 12 anos, diz IBGE. **Brasil Econômico**, 29 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/brasil/2015-01-29/renda-media-do-trabalhador-cresce-331-em-12-anos-diz-ibge.html>> Acesso em: 13 de maio 2015.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal:** perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 11-13.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1993.